

ÓRGÃO DE UNIDADE NACIONAL ANTI-FASCISTA PARA OS CAMPONESES DO SUL

LUTEMOS CONTRA A LEI FASCISTA QUE TENTAM LEGALIZAR O ROUBO DAS TERRAS DE
CAMBAS AOS CAMPONESES POBRES!

A Serra de Cambas (Mértola) foi concedida aos camponeses pobres de Cambas, como baldio, há mais de 500 anos. Mas alguns homens sem escrúpulos iam-se apoderando das melhores terras. Em 1925, o povo de Cambas, para evitar mais esbulhos e roubalheiras, exigiu do governo da República que a terra fosse repartida pelos habitantes. O governo da República entregou a cada família tantos hectares de terra quantos eram os membros da família.

Mas com o assalto ao poder pelas forças fascistas em 1926, os grandes agrários fascistas, protegidos pelo governo de Salazar, lançaram-se novamente ao assalto das terras de Cambas. Nos últimos anos, vários camponeses têm sido expulsos das suas glebas sem qualquer aviso prévio. O processo usado pelos lavradores fascistas tem sido o seguinte: quando qualquer camponês se deixa atrazar nas suas dívidas ao Estado, os aviões da Repartição de Finanças não lhe são entregues e são sonegados pelo oficial de diligências, laçoio dos fascistas José Alves Madeira, Francisco António Vargas, José Demásio, Manuel Francisco Alho e o deputado fascista Mira Galvão. Sem qualquer comunicação ao proprietário da gleba, sem que seja afixada na propriedade uma tabuleta de venda em hesta pública, como manda a lei, a propriedade é comprada pelos fascistas e as terras são invadidas pelo "novo proprietário" para G.N.R., que expulsa os seus verdadeiros donos! Isto sucedeu com centenas de seareiros da Serra de Cambas!

Mas os fascistas de Mértola estudaram uma forma mais rápida de se apoderarem das terras de Cambas. O grande agrário e deputado fascista Mira Galvão informou em 21 de Janeiro a Assembleia Nacional fascista de que a divisão de 1925 fôra de fortuna porque não permite a compra de várias glebas por um só proprietário. Por outro lado, declarou que das más colheitas, das dívidas à Caixa Geral de Depósitos e à Fazenda Nacional resultou a penhora de centenas de glebas e a sua venda em hesta pública, o que aumentou a miséria dos camponeses. Para resolver esta questão, Mira Galvão pediu que a lei fosse substituída por outra que permita que um proprietário compre 100 a 150 hectares de glebas pegadas umas às outras, que as glebas escravizadas no meio das novas propriedades sejam expropriadas por venda ou troca e que o Campo Experimental de Vale Formoso, propriedade de Mira Galvão, seja aumentado à custa das glebas da Câmara Municipal de Mértola, que teria de expulsar os seareiros que nelas trabalham. A Assembleia Nacional fascista aprovou a proposta de Mira Galvão e foi publicada uma lei nesse sentido! O que quer isto dizer? Isto quer dizer que Mira Galvão e todos os proprietários fascistas de Mértola, protegidos pelo salazarismo, pretendem legalizar o roubo das glebas para as transformar em grandes propriedades de 100 a 150 hectares e que os seareiros podem ser expulsos das suas terras, ficando uns sem um palmo de terra e outros com glebas a duas, três ou quatro léguas das suas casas. Isto quer dizer que o fascismo protege a concentração das terras na mão de meia dúzia de grandes proprietários fascistas, o que tornará a Nação mais pobre pois ao mesmo tempo que tira a terra a centenas de seareiros que a semeiam todos os anos entrega-a aos ricos lavradores fascistas que só a cultivam de tempos a tempos, transformando-a em terrenos de pouso, como já fazem a centenas de milhares de hectares. Mira Galvão alegou também que a concentração das glebas de Cambas em grandes propriedades facilita a exploração agrícola e alivia os camponeses de preocupações e de dívidas! Estas razões são apresentadas para esconder a ambição de se apoderarem das terras de Cambas. E o governo apóia-as porque elas estão de acordo com a proposta de lei sobre "Assistência Técnica e Financeira aos Agricultores" que o governo salazarista apresentou à Assembleia Nacional em Janeiro de 1946. Esta lei protege a grande lavoura, facilita a concentração das terras na mão de meia dúzia de agrários e dificulta a vida aos pequenos e médios proprietários.

Se o governo pensasse resolver o problema de Cambas e dos camponeses de todo o país, em vez de propor e aprovar tais leis, ORIGIARIA A RESTITUIR AOS SEUS VERDADEIROS DONOS AS TERRAS QUE FORAM CONFISCADAS, ENTREGARIA TERRA AOS TRABALHADORES SEM TERRA, ENTREGARIA MAIS TERRA AOS SEMPREIROS, REMEIROS E PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, INDO BUSCÁ-LA AOS GRANDES AGRÁRIOS QUE A MANTÊM INCLTA OU LARGOS ANOS EM POUSIO, ENTREGARIA TUDO O SUBSIDIO DE CULTURA AOS SEMPREIROS E REMEIROS, CONCEDERIA CRÉDITOS BARATOS E A LONGO PRAZO AOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, DIMINUIRIA OS IMPOSTOS À INQUILTA E MÉDIA PROPRIEDADE, FORNECERIA SEMEANTES SELECIONADAS E ADUBOS A TEMPO E HORA, ALUGARIA MÁQUINAS A PEQUENOS EMPREGADOS, ANULARIA OS JUROS E CONCEDERIA NOVAS PRÉMIAS PARA O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS ATRAZADAS AO ESTADO E, FINALMENTE, CASSIGARIA TODOS OS USURÁRIOS QUE SE APOSSASSEM DAS TERRAS POR FORMAS ILÍCITAS.

Mas estas reivindicações mínimas só podem ser realizadas por um Governo de Concentração Nacional que defenda os interesses do povo. O governo fascista de Salazar não satisfaz as justas aspirações e necessidades dos camponeses. Pelo contrário, tornará a sua vida cada vez mais difícil. Hoje, todas as nossas aspirações têm de ser suprimidas pela luta, como tem sucedido em milhares de lutas do povo português. Isto com a des 40.000 camponeses que conquistaram a terra.

Para que os camponeses de Cambas não fiquem sem as suas terras é necessário que todo o povo de Cambas lute contra a lei de Mira Galvão. Os camponeses devem formar uma ampla Comissão para se avistar com o Sub-secretário da Agricultura e exigir a revogação da lei de Mira Galvão. Devem fazer exposições nos presidentes da República, do Conselho, da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa protestando contra a lei de Mira Galvão. Essas exposições devem ser assinadas por todos os homens e mulheres sérios da região, camponeses, comerciantes, industriais, médicos, advogados, celebsiásticos, direcções de colectividades, militares e autoridades honradas. Essas exposições devem ser entregues pessoalmente ao Trabalho pela COMISSÃO CAMPONEZA DE CAMBAS e devem ser um grito de todos os homens e mulheres honestos de Cambas contra a lei de Mira Galvão.

Que se estabeleça a UNIDADE entre todo o povo de Cambas! Não se entretanto Mira Galvão e os agrários fascistas tentarem apressar-se das glebas, os camponeses não o devem permitir. Só através da UNIDADE e da luta decidida será possível evitar mais este crime do fascismo!

CONTRA A CRISE! UNIDOS A CONQUISTA DO TRABALHO!

Milhares de camponeses alentejanos já estamos sem trabalho. Os ricos lavradores fascistas procuram convencer-nos de que a crise é uma fatalidade que não se pode evitar. Mas a verdade é que são eles que fazem a crise. Quando as colheitas, arrebentam os lucros e depois negam-nos trabalho. E quando a fome é gorda abrem trabalhos por culpa, aproveitando a ocasião para rebaixar a jornada. As autoridades fascistas prometem resolver a nossa situação mas nada fazem para isso. Em Abril, o ministro da Economia prometeu em Évora e Beja que atenuaria a crise da lavoura alentejana. Na verdade, o governo já concedeu grossos benefícios à grande lavoura mas para nós, camponeses pobres, enviou 3.000 contos para trabalhos de obras em Portalegre, Évora e Beja. Desses 3.000 contos, mais de metade está para materiais e lucros de empregadores. O que fica para nós é uma gota de água no oceano. Se fossemos trabalhar às dezimas de milho de camponeses sem trabalho, esse dinheiro acabava-se em 3 dias de jornada a 25800! Com tais medidas, a crise não desaparece. Para que a crise acabe é preciso que nós lutemos UNIDOS por trabalho. Para que a crise acabe é preciso que em todas as localidades formemos Comissões de desempregados, que façamos assembleias nas Casas do Povo ou na Praça, se não houver Casa do Povo, convidando as autoridades, lavradores e comerciantes para resolver a crise. Para que a crise acabe é preciso que em todas as localidades os lavradores abastados, as Câmaras e o Estado abram trabalhos para os pobres. Nas localidades onde as autoridades e os lavradores não o fazem devem organizar manifestações e irnos à sede do concelho ou à cidade exigir das autoridades trabalho e boa paga.

Que nem um camponês falte a estas assembleias e manifestações! Mesmo os que hoje têm trabalho não devem faltar, porque se hoje têm trabalho, amanhã estarão desempregados. Para que a crise acabe é preciso que a UNIDADE camponesa seja cada vez mais forte e mais ampla!

A reorganização das Casas do Povo é uma manobra fascista e reacçãoária!

A Junta Central das Casas do Povo reuniu em Junho para estudar a reorganização das Casas do Povo. A Junta concluiu: 1º, que é preciso manter e aumentar a separação entre os trabalhadores do campo e os das cidades; 2º, que os operários das vilas e das aldeias devem deixar os Sindicatos para se agruparem nas Casas do Povo; 3º, que devem desaparecer as actuais direcções das Casas do Povo para serem substituídas pela "Câmara de Artes e Ofícios" que representará os operários camponeses da freguesia e pelo "Conselho dos Homens bons" que representará os proprietários da freguesia. Estes organismos nomearão um presidente da sua confiança para dirigir a Casa do Povo. A Junta estuda ainda a possibilidade de formar um órgão dirigente para cada Casa do Povo que represente os interesses espirituais e morais dos habitantes da freguesia.

Esta reorganização tem objectivos políticos fascistas dos mais reacçãoários e antagónicos. Pretende impedir o desenvolvimento e progresso dos camponeses e dos pobres da província, cortar aos operários e camponeses qualquer possibilidade de eleger os dirigentes das Casas do Povo, impedir que os trabalhadores visitem os seus contractos de trabalho e ampliar a UNIDADE camponesa, as Praças de Jornas e as suas Comissões!

Que todos os habitantes das vilas e das aldeias protestem contra este decreto forjado pelo fascismo! Que as Casas do Povo se transformem em organismos de defesa das forças vivas das freguesias! Que todos exijam eleições livres nas Casas do Povo e protestem contra o projectado decreto fascista!

PELO "O CAMPONEZ" IMPRESSO! - "O CAMPONEZ" precisa de mais espaço para defender os interesses dos assalariados, semelheiros, rendeiros e pequenos proprietários rurais. "O CAMPONEZ" precisa de ser impresso para se ler melhor e transportar com mais facilidade. Que todos os camponeses ajudem o seu jornal, organizando pequenas listas e rifas, fazendo subscrições em todas as localidades para "O CAMPONEZ" impresso. "O CAMPONEZ" passará a publicar todas as quartas que lhe forem enviadas para esse fim. Que todos nos mandem dinheiro para publicar "O CAMPONEZ"!

CAMPONESES! NAS PRAÇAS DE JORNAS estaremos mais UNIDOS! Que se formem PRAÇAS e COMISSÕES em todas as localidades!